

Convite

- Ajuste Direto do Regime Geral -

ADP 05/2025

**Aquisição de mobiliário urbano - Proteção
para caldeiras de
árvores**

Índice

Secção I – Disposições Gerais	3
Artigo 1.º – Identificação do Procedimento	3
Artigo 2.º – Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º – Decisão de Contratar	3
Artigo 4.º – Fundamento da Escolha do Procedimento	3
Artigo 5.º – Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento	3
Artigo 6.º – Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento	4
Artigo 7.º – Negociação	4
Secção II – Apresentação da Proposta	5
Artigo 8.º - Proposta	5
Artigo 9.º – Documentos que Constituem a Proposta	5
Artigo 10.º - Apresentação de Proposta Variante	5
Artigo 11.º – Idioma dos Documentos da Proposta	6
Artigo 12.º – Prazo para Apresentação da Proposta	6
Artigo 13.º – Modo de Apresentação das Propostas	6
Artigo 14.º – Prazo de Manutenção das Propostas	7
Artigo 15.º – Caução	7
Secção III – Adjudicação e Habilitação	7
Artigo 16.º - Notificação da Adjudicação	7
Artigo 17.º – Documentos de Habilitação	7
Secção IV – Disposições Finais	9
Artigo 18.º - Legislação Aplicável	9
Artigo 19.º - Contrato	9
Artigo 20.º Anexos	10

Secção I – Disposições Gerais

Artigo 1.º – Identificação do Procedimento

O presente procedimento é designado por “**Aquisição de mobiliário urbano – Proteção para caldeiras de árvores**”.

Artigo 2.º – Entidade Adjudicante

Para efeitos do presente procedimento, é Entidade Adjudicante o Município de Coruche, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Liberdade, 2100-121 Coruche, Número de Identificação de Pessoa Coletiva 506722422, com telefone n.º +351 243 610 200, endereço de correio eletrónico: geral@cm-coruche.pt, e é utilizada a seguinte plataforma eletrónica de contratação pública: “acinGov” no endereço <http://www.acingov.pt>.

Artigo 3.º – Decisão de Contratar

Ao abrigo no disposto no n.º 1 do artigo 36º do CCP, a decisão de contratar relativa ao presente procedimento foi tomada pelo **Senhor Vereador Pedro Filipe Tadeia Ferreira em 11-02-2025**, no uso de competência delegada através do despacho Senhor Presidente da Câmara de 18-10-2021, registado sob o n.º 7675.

Artigo 4.º – Fundamento da Escolha do Procedimento

A escolha do procedimento de ajuste direto foi tomada com fundamento na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, bem assim pelo facto de a Entidade Adjudicante não dispor de recursos próprios para a necessidade pública em questão.

Artigo 5.º – Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

1. O Convite e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis para consulta na sede da Entidade Adjudicante nos dias úteis das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00, desde o dia do envio do convite até ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

2. O Convite e o Caderno de Encargos encontram-se ainda disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública: “acinGov”, no endereço <http://www.acingov.pt>, utilizada pela Entidade Adjudicante.

Artigo 6.º – Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados por escrito ao órgão competente para a decisão de contratar no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.
2. No prazo referido no número anterior, deve ainda a entidade convidada apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados pela entidade convidada, bem como, o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.
4. Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar, no mesmo prazo previsto no n.º 4, proceder oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, assim como prestar quaisquer esclarecimentos.
6. Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo a entidade convidada imediatamente notificada desse facto.
7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º – Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

Secção II – Apresentação da Proposta

Artigo 8.º - Proposta

1. Na proposta, a entidade convidada manifesta a sua vontade de celebrar o contrato, bem como, os termos pelos quais se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta apresentada pela entidade convidada deve respeitar as características e condições previstas nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos.
3. A proposta será excluída se não obedecer a todas as características técnicas exigidas.
4. Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, são suportados pela entidade convidada.

Artigo 9.º – Documentos que Constituem a Proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos;
 - b) Formulário da proposta, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III ao presente Convite com a indicação dos preços unitários propostos e do preço total proposto.
 - c) A entidade deverá apresentar fichas técnicas dos bens a fornecer, em conformidade com o descrito no Anexo A.

As declarações e os documentos referidos neste ponto devem ser todos assinados individualmente, através de assinatura digital qualificada da entidade convidada ou de representante que tenha poderes para a obrigar.

2. A entidade convidada poderá apresentar outros elementos que considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado nas peças do presente procedimento.

Artigo 10.º - Apresentação de Proposta Variante

Não é admissível a apresentação de proposta variante.

Artigo 11.º – Idioma dos Documentos da Proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, declarando o concorrente que aceita a prevalência das traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 12.º – Prazo para Apresentação da Proposta

1. As propostas e os documentos que as constituem deverão ser apresentados até às **23h59 (hora continental) do 6.º (sexto) dia** após o envio do convite.
2. A proposta e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão.
3. De acordo com a alínea g) do número 1 do artigo 70º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, entende-se por submissão da proposta o momento em que o concorrente efetiva a entrega da proposta após o respetivo carregamento em plataforma eletrónica.
4. Após a submissão, o concorrente recebe um recibo eletrónico comprovativo do facto, com registo da identificação da entidade adjudicante, do procedimento ao qual apresentou proposta, bem como, da data e hora da submissão.
5. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo fixado para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Artigo 13.º – Modo de Apresentação das Propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.
2. A proposta e respetivos documentos deverão ser assinados através de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. A receção da proposta é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue à Entidade Adjudicante um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Quando pela sua natureza, qualquer documento dos que constitua a proposta não possa, comprovadamente, ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve o mesmo ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

- a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante;
- b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à Entidade Adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta;
- c) Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

Artigo 14.º – Prazo de Manutenção das Propostas

O prazo de manutenção das propostas será de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 15.º – Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução em virtude do preço contratual ser inferior a 500.000€.

Secção III – Adjudicação e Habilitação

Artigo 16.º - Notificação da Adjudicação

1. Após a decisão de adjudicação, a entidade convidada é notificada eletronicamente, desse mesmo ato, na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade convidada será notificada para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente convite e no artigo 81.º do CCP.

Artigo 17.º – Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar em suporte digital, através de plataforma eletrónica, no prazo de **5 (cinco)** dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:
- i. Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, o da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- c) Cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à Certidão Permanente, no caso de o concorrente ser pessoa coletiva, ainda que integrada em agrupamento de concorrentes, ou cópia da declaração de início de atividade no caso de se tratar de empresário em nome individual, ou ainda, no caso de Associação a ata da assembleia geral que designa a direção e a respetiva escritura pública de associação;
- d) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo IV ao presente Convite;
- e) Documento comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos do disposto na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e na Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.

As declarações e os documentos referidos neste ponto devem ser todos assinados individualmente, através de assinatura digital qualificada da entidade convidada ou de representante que tenha poderes para a obrigar.

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário selecionado pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço no sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. O adjudicatário selecionado deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação, sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues e desde que se encontre dentro do prazo fixado para a sua apresentação.
4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 5 dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
5. Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
6. Fixa-se o prazo de **4 dias úteis** para supressão de qualquer irregularidade que possam apresentar os aludidos documentos.

Secção IV – Disposições Finais

Artigo 18.º - Legislação Aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente convite, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente os seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- b) Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro de 2014
- c) Código do Procedimento Administrativo;
- d) Demais legislação aplicável.

Artigo 19.º - Contrato

1. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
2. O prazo para a outorga e remessa do contrato é de 10 dias contados da data da notificação para o efeito, através da plataforma de contratação pública.
3. Caso o prazo infra não permita dar cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, o mesmo será encurtado no número de dias que permita que a outorga do contrato tenha lugar no prazo máximo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta

ou da decisão sobre a reclamação. Deste encurtamento não pode resultar prazo inferior aos prazos mínimos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.

4. Não é exigível a redução do contrato a escrito quando se verifique o disposto no artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos

Artigo 20.º Anexos

Em anexo, remetem-se:

Caderno de Encargos, inerente ao procedimento em causa, elaborado de acordo com o disposto no artigo 42.º do CCP.

Anexo I – Modelo de Declaração *(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)*

Anexo II – Modelo de Declaração *(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)*

Anexo III – Formulário de Proposta

Anexo IV – Modelo de Declaração *(Comunicações/Notificações, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CCP)*

ANEXO I – Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta, em anexo (3):
 - a)...
 - b)...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e

constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III – Formulário de Proposta

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 da cláusula 9.º)

... (identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) de (identificação da sociedade ou agrupamento), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de Ajuste Direto do Regime Geral, com vista à **“Aquisição de mobiliário urbano – Proteção para caldeiras de árvores”**, pelo Município de Coruche, obriga-se a executar o contrato de aquisição objeto do presente procedimento, com os preços indicados na seguinte tabela de preços unitários, a qual faz parte integrante da presente proposta, até ao limite fixado para término do procedimento.

Artigo	Designação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário sem IVA	Preço Total sem IVA
1	CALDEIRAS				
1.1	Fornecimento de caldeiras em plástico reciclado castanho com placas de 25mm de espessura, com dimensões de 800x800mm com abertura no centro de 300mm de diâmetro. Caldeiras construídas com ripado em perfis de plástico reciclado castanho de 25x50mm com subestrutura com placa de 25mm recortada em CNC e personalização a laser (gravação de 1 logotipo com 100x100mm). Estas caldeiras devem ser constituídas por 2 módulos para permitir a abertura e retirada das caldeiras por parte da Câmara. Incluem sistema de abertura com parafusos invioláveis.	Unid.	80		
2	TRANSPORTE				
2.1	Transporte de mercadorias sem meios de descarga	V.G.	1		
			Total		

Da aplicação dos preços unitários assim propostos às quantidades estabelecidas, resulta um preço de (**Indicação do preço**) €, ao qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor de (**indicação do IVA**) %.

[Local, data e assinatura].

ANEXO IV – Modelo de Declaração

(Comunicações/Notificações, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CCP)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara para os devidos efeitos, que as notificações/comunicações entre as partes, nos termos do Código dos Contratos Públicos, devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo, sendo os contactos desta entidade os seguintes:

a) Por:

Telefone número: **(indicar número)**

Telemóvel número: **(indicar número)**

b) Por carta registada com aviso de receção, para a morada:

(indicar morada)

c) Por correio eletrónico:

(indicar endereço(s) de correio eletrónico)

... (local),... (data),... [assinatura].